

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO EM ESCOLA RURAL E URBANA DE UM MUNICÍPIO DA FRONTEIRA OESTE DO RS

Sâmela Taís González do Prado¹

samelatais@hotmail.com

Luciano de Oliveira²

luciano.oliveira@iffarroupilha.edu.br

Raquel Ruppenthal³

raquelruppenthal@unipampa.com.br

154

RESUMO

O Programa Novo Mais Educação (PNME) tem o objetivo proporcionar aos discentes uma educação de tempo integral nas escolas, permitindo aos alunos a oportunidade de participarem de atividades complementares durante a semana, modalidades como arte, cultura, educação e esportes (BRASIL, 2017). Neste artigo serão apresentados aspectos referentes à aplicação e acompanhamento pedagógico em Matemática do PNME, com base em dados obtidos em uma pesquisa realizada em duas escolas específicas do município de Alegrete, RS: uma no meio rural e outro no meio urbano, cujo objetivo é conhecer e discutir acerca das opiniões dos articuladores, professores regentes, mediadores e alunos participantes do PNME, afim de apresentar um panorama desta política educacional e as peculiaridades das escolas. Utilizando-se dessas informações, obtidas por meio de entrevistas com os articuladores do programa, professores regentes da disciplina de Matemática, mediadores de Matemática, e questionários realizados com os alunos, o artigo traz análises e discussões sobre as diferenças no acompanhamento pedagógico de Matemática entre essas escolas, com comparações entre os dois ambientes escolares em relação ao programa. Ao analisar os relatos, podemos ultimar que a questão estrutural é a que menos interfere no sucesso do programa, pois é possível adequar os espaços físicos. O problema maior está em como a gestão das escolas organiza e aplica o PNME.

Palavras-chave: Programa Novo Mais Educação; Matemática; Gestão.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Novo Mais Educação (PNME), política pública educacional que teve início em 2008 com o nome Programa Mais Educação, tem o objetivo de ampliar a carga horária de algumas disciplinas e modalidades nas escolas, proporcionando aos alunos a oportunidade de participar de atividades complementares no turno inverso das aulas todos os dias da semana (BRASIL, 2017). São beneficiadas as comunidades e escolas em que há estudantes em situação de vulnerabilidade social, com alto índice de reprovação e evasão, e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No momento de sua criação, o PNME abrangia poucas escolas. Os educandários do

campo, por exemplo, foram contemplados somente quatro anos após a implementação do Programa Mais Educação. O PNME gerou vários estudos, principalmente em relação a sua transição de Programa Mais Educação para Novo Mais Educação, que indagavam quais novos objetivos foram inseridos no PNME e se esta política pública tratava-se de um modelo de educação integral, ou não, procurando avaliar o programa e o ensino aprendizagem proposto por ele (BARBOSA, RODRIGUES, 2017; ALBUQUERQUE, 2017; OLIVEIRA, 2019; MONTEIRO, 2018).

Sabe-se que em alguns aspectos, tais como infraestrutura, corpo docente e qualificação, práticas pedagógicas, entre outras, as escolas urbanas e do campo podem apresentar algumas diferenças.

O PNME apresenta em seus documentos constitutivos uma absoluta reversão em relação ao que se praticava no PME, e mesmo tendo o propósito de se configurar como uma política reparadora focada em objetivos explícitos de melhoria de rendimentos, não oferece alternativas para o tratamento das questões das desigualdades educacionais intrinsecamente vinculadas às desigualdades sociais (MONTEIRO, 2018, pag. 83).

Dado o exposto, podem-se levantar as seguintes questões: existem diferenças no acompanhamento pedagógico em Matemática entre as escolas rurais e urbanas, em relação ao PNME? De forma mais específica, questiona-se se a gestão e organização do acompanhamento pedagógico em Matemática das escolas rurais e urbanas afeta a aplicação desta política pública? A partir dessas indagações, pode-se delimitar o objetivo da pesquisa, como sendo de conhecer e discutir acerca das opiniões dos articuladores, professores regentes, mediadores e alunos participantes do PNME, a fim de apresentar um panorama desta política educacional e as peculiaridades das escolas.

Esta pesquisa justifica-se para que se possa conhecer a dinâmica de inserção do PNME em diferentes contextos, com diferentes formas de gestão para que seja possível sistematizar resultados, a fim de promover o aperfeiçoamento dessa política pública. Ao analisar as diferenças, pode-se descobrir, por exemplo, se o programa apresenta alguma deficiência e em setor. Pretende-se que as escolas tenham acesso aos resultados deste trabalho e que possam, a partir disso, refletir sobre suas práticas gestoras e reformulando suas estratégias de ensino para proporcionar uma melhoria na qualidade do acompanhamento pedagógico em Matemática, consequentemente melhorando índices ligados à aprendizagem dos alunos.

2 ALGUNS PRESSUPOSTOS DO PROGRAMA NOVO MAIS

EDUCAÇÃO

As políticas públicas educacionais têm como órgão executor o estado, que vem se adequando conforme as necessidades da economia e da globalização. O ideal seria que essas políticas fossem gerenciadas por uma gestão democrática, a partir da comunidade. Porém a gestão que conduz atualmente as políticas públicas educacionais é a gerencial. Esta teve início com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em que o governo brasileiro “sedimenta o modelo de gestão gerencial fundamentado na eficiência e na aferição de resultados baseados em cumprimento de metas estabelecidas em contratos de desempenho.” (CASTRO, 2015, p. 9).

A implementação de políticas públicas como o PNME nas escolas influencia na organização das mesmas, sendo que dirigentes, docentes e alunos precisam se adequar. Conforme o proposto pelo programa,

é possível observar que as orientações norteadoras das políticas educacionais ocasionam uma maior autonomia para as escolas, principalmente no que se refere à gestão e realização do trabalho docente; em contrapartida, estes acabam intensificando seu trabalho para atender às exigências e obrigações postas.” (CASTRO, 2015, p. 13.).

Segundo a mesma autora, cabe relatar que a equipe gestora responsável pela política pública deve acompanhar as consequências relacionadas a sua implantação, sendo elas boas ou ruins, sendo necessário a explicação dos motivos que levaram a esses resultados.

O PNME tem como propósito proporcionar aos estudantes uma educação de tempo integral e a oportunidade de expandir seus conhecimentos por meio da arte, educação, cultura e esportes (BRASIL, 2017), modalidades já existentes no currículo das escolas, porém pouco exploradas, de forma que os educandos fiquem o máximo possível dentro da escola, todos os dias da semana. As modalidades são realizadas por meio de oficinas e, normalmente, existe a oficina de Matemática, que também funciona como uma aula de reforço, pois é nessa disciplina que os alunos apresentam uma maior dificuldade. Em Matemática, o objetivo do acompanhamento pedagógico do PNME é explorar determinados conteúdos de maneira diferenciada, com métodos que atraiam o interesse dos alunos pela Matemática, por meio de construções, materiais concretos e jogos didáticos.

Para Vergnaud (1990) “um dos maiores problemas na educação decorre do fato que muitos professores consideram os conceitos matemáticos como objetos prontos, não percebendo que estes conceitos devem ser construídos pelos alunos”. Por isso é essencial o contato entre o professor regente de Matemática e o mediador do PNME, para que o tema

abordado em aula seja reforçado e compartilhado ludicamente durante as oficinas.

Mas, para dar-se início a prática do PNME, é preciso que haja recursos financeiros para executá-lo. A partir dessa questão, o governo promove a destinação de uma verba para todas as instituições participantes, para a realização das oficinas, sendo que esta verba é obtida por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (BRASIL, 2017). Estes recursos são destinados às despesas com transporte, alimentação dos Mediadores da Aprendizagem e Facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas, na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares (BRASIL, 2017). A aquisição de materiais é essencial para o desenvolvimento das oficinas de Matemática, pois para construções são necessários diversos materiais, como régua, lápis, tesouras, folhas, entre outros.

Atividades complementares, como a refeição dos estudantes, é um dos preceitos básicos do programa, pois é direito do aluno que participa do PNME realizar suas refeições na escola. Se é almejado que o discente permaneça todo o dia envolvido com atividades escolares na instituição, essa tem como obrigação fornecer a alimentação suficiente, que são três refeições por dia, para cada aluno.

A estrutura dos espaços do ambiente escolar é um dos principais pontos a ser discutido, pois foi decidido pelo órgão gestor do projeto que se faria a aplicação do plano sem se analisar se as instituições iriam ter espaços e salas de aula suficientes para a realização das oficinas no turno inverso. Não houve uma consulta prévia às escolas e, é notório que “serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais[...]. Equipamentos como biblioteca, laboratório e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais” (BRASIL, 2007, p. 29).

Não são todas as escolas que são contempladas com o PNME. Existem alguns critérios que são analisados para que a escola possa desfrutar do programa, sendo eles: ter um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); ter alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); e elevados percentuais de evasão e repetência. Estes últimos fatores apresentados começaram a ser sinônimos de preocupação. Segundo relata Sampaio e Oliveira (2015, p. 512):

Até 1980, a qualidade [educacional] era vista principalmente como o acesso à educação e, por isto, a política educacional concentrava-se na expansão das oportunidades de escolarização. Com a expansão do acesso à escola, o problema deslucou-se para a progressão dentro do sistema de ensino e as políticas de melhoria da qualidade educacional visavam à redução das taxas de repetência e evasão.

Em relação a gestão escolar e do programa, é preciso haver uma concordância entre os objetivos propostos pelo PNME e a gestão da escola em relação ao programa. Cada escola deve possuir um articulador, responsável pelas tarefas ligadas à organização do programa dentro da instituição e aos deveres dos mediadores e facilitadores. Estes por sua vez, também possuem um papel importante, principalmente na disciplina de Matemática, por ser uma área que apresenta mais dificuldades entre os estudantes. Para Souza (2015, p. 02), “a disciplina Matemática é alvo dos inúmeros alunos que denotam insatisfação, medo, receio e que reflete diretamente em seu desenvolvimento dentro e fora da sala de aula.”

Para haver um ensino de qualidade e um crescimento no desempenho dos alunos nos estabelecimentos de ensino é necessária uma parceria entre todos os envolvidos e que estes realizem suas tarefas com qualidade, seja por meio das atividades fins das escolas ou de programas e outras ações desenvolvidas nelas.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta uma pesquisa que pode ser vista como de abordagem qualitativa, por se valer de uma perspectiva interpretativista (GIL, 2017). Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória e descritiva (ANDRADE, 2009), uma vez que busca aprofundamento acerca das temáticas, além da descrição dos fenômenos em estudo com detalhamento a fim de compartilhar os resultados com a comunidade acadêmica e profissional.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu em duas escolas públicas do município de Alegrete RS, uma situada na zona rural do município, com 202 alunos matriculados; e a outra, na zona urbana, atendendo 154 estudantes. Os sujeitos de estudo foram o professor regente da disciplina de Matemática, o mediador do acompanhamento pedagógico de Matemática, o coordenador do PNME e os alunos do 8º ano do ensino fundamental das duas escolas.

Para obter os dados, utilizamos como instrumento de pesquisa entrevistas, entendidas como o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 94) e questionário, que é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 100).

As entrevistas estruturadas foram aplicadas com os docentes, mediadores e coordenadores, por meio de roteiros previamente elaborados com foco nos interesses de estudo; e os questionários eram compostos de 7 perguntas, cujas possibilidades de respostas das

questões iniciais eram sim ou não, seguidas de um espaço em que era possível que os alunos justificassem as suas respostas, caso quisessem, e uma pergunta final, discursiva, em que os alunos opinariam sobre o programa.

A partir das entrevistas, tanto da gestão quanto dos docentes, foram elaborados quadros comparativos que possibilitaram a análise qualitativa das informações. Para os questionários trabalhados com alunos, construiu-se gráficos que permitiram a visualização, de uma forma clara e organizada, dos dados levantados com este público. Com isso, foi possível desenvolver-se a discussão dos resultados e a formulação de conclusões sobre o objeto de estudo.

Para dar início à pesquisa, entrou-se em contato com os coordenadores, professores regentes, mediadores e alunos. Na sequência, foi apresentado os termos de consentimento livre e esclarecido a todos. Devido a alguns empecilhos, foi necessário realizar duas entrevistas (via *WhatsApp*¹), em que as perguntas e respostas foram feitas por áudio.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Inicialmente, destacar-se-ão pontos relevantes das entrevistas realizadas com as articuladoras, professores regentes e com o mediador do PNME das escolas pesquisadas, seguidos da apresentação dos dados referentes aos questionários dos alunos, buscando-se mostrar as convergências e divergências das concepções destes entes sobre o programa.

4.1 O PNME NA VISÃO DOS ARTICULADORES E PROFESSORES REGENTES

A articuladora da escola do campo é licenciada em Letras – Habilitação Português/Espanhol e Respektivas Literaturas, pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Atua há 12 anos como professora do município, iniciou sua trajetória nas escolas do campo em 2009 e diz: “o trabalho na escola de campo fez com que me sentisse educadora por inteiro. Na Zona Rural, me realizei profissionalmente, sempre buscando me atualizar, buscando cada vez aprender mais”. E pode-se dizer que é isso que se observa no decorrer da entrevista, observando-se que ela é uma profissional que busca constantemente qualificação, realizando especializações e projetos. A articuladora atuante na escola urbana cursou Magistério e

¹ *WhatsApp* é um software para *smatphones* utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão a internet.

Licenciatura em Letras, Literatura e Língua Inglesa na Universidade da Região da Campanha (URCAMP), atuou como professora dos anos iniciais por 27 anos e se aposentou. Realizou duas especializações e participou do concurso para Supervisor Escolar, cargo este que exerce atualmente.

Sobre o programa, ambas concordam que ele contribui para a aprendizagem dos alunos. Segundo a articuladora da escola do campo, a aplicação é importante, pois o professor regente possui muitas tarefas burocráticas que exigem muito tempo e acaba não conseguindo realizar atividades diferenciadas com os alunos. Mas com a oficina de Matemática, ela afirma que é possível essa construção. Em relação a aprendizagem, a articuladora da escola urbana comenta que o programa não tem maior sucesso devido à infrequência dos alunos nas aulas e acredita que as oficinas servem como aulas de reforço para os alunos que não possuem condições financeiras para pagar uma aula particular. Porém, em nenhum momento ela fala sobre aulas com métodos diferenciados. Apesar de serem opiniões um pouco diferentes, as duas estão de acordo com o estipulado pelo programa, que é reforçar de maneira lúdica, diferenciada e tecnológica os conteúdos de Matemática como se fosse uma aula de reforço.

Passando à análise das entrevistas com as gestoras da escola, visou-se entender a percepção delas sobre o PNME. Em relação a estrutura das escolas e a disponibilização de materiais de apoio, a gestora da escola do campo afirma não haver estrutura adequada para as aulas, sendo que a escola não possui laboratório de informática, a biblioteca possui um espaço pequeno. Abordou ainda que as oficinas de esporte e lazer ocorrem no campo de futebol ou no campo ao lado da escola, que as oficinas de Matemática e Português ocorrem na própria sala de aula dos alunos, no horário de aula, pois em algumas escolas rurais, o tempo já é integral. Com isso, a aula inicia às 9h e termina às 16h e, por isso, as oficinas são organizadas dentro deste período. Afirma que com o Programa Mais Educação, era possível disponibilizar materiais, mas na mudança para o PNME, essa verba ficou escassa e que é possível apenas pagar os mediadores. Nas palavras dela, “O Novo Mais Educação é uma ferramenta para a efetivação do Tempo Integral nas escolas. E, é preciso, adequar-se da melhor maneira possível para ser colocado em prática com sucesso”.

Por outro lado, na escola urbana, observa-se uma estrutura mais adequada. Pelas observações foi possível verificar que ela possui laboratório de informática, biblioteca, uma quadra de esportes e a disponibilização de materiais de apoio para a efetivação do programa. Apesar da estrutura física das escolas ser um ponto relevante para a organização das oficinas, a Resolução nº 17 do PNME, normativa que regulamenta o programa, não traz nenhuma indicação sobre os espaços físicos das escolas. No caso da escola do campo, a própria sala de

aula está sendo o espaço reservado para estas atividades. Um ponto negativo de utilizar a mesma sala é que o mediador não pode trabalhar apenas com os alunos com maior dificuldade, que é uns dos objetivos do programa. Na escola urbana é possível trabalhar só com os alunos com mais dificuldades, por eles frequentarem as oficinas no turno inverso. Porém, a infrequência é maior se comparada com a escola do campo e isso dificulta os trabalhos dos mediadores e prejudica a aplicação e efetividade do programa.

Sobre pontos negativos, a articuladora na escola do campo afirma haver dificuldade de diálogo entre o professor regente e o professor mediador, apesar da descrição na Resolução nº 17, de 22 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, que trata dos recursos financeiros do PNME, no Art. 5º, § 3º, que cita:

Os Mediadores da Aprendizagem, responsáveis pelas atividades de acompanhamento pedagógico, devem trabalhar de forma articulada com os professores da escola para promover a aprendizagem dos alunos nos componentes de Matemática e Língua Portuguesa, utilizando, preferencialmente, tecnologias e metodologias complementares às já empregadas pelos professores em suas turmas. (BRASIL, 2017, p. 03).

Outro fato que a articuladora apresenta é referente ao período em que é disponibilizada a verba regulamentar do programa. Segundo ela, a verba para 8 (oito) meses deveria ser repassada no início do ano letivo, fato que não acontece. A resolução supracitada garante a disponibilização da verba e sua forma de aplicação, conforme Art. 1º:

Ficam destinados recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal que possuam ao menos vinte e cinco estudantes matriculados entre o 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular, conforme o censo escolar de 2016, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias - UEx, a fim de contribuir para que as referidas escolas realizem atividades complementares com foco no acompanhamento pedagógico por período de 8 (oito) meses do ano letivo. (BRASIL, 2017, p.01)

Mas não aborda o momento em que os repasses da verba ocorrerão. Isso implica em consequências negativas na forma de execução do programa, pois conforme relatado pela articuladora, dificulta o planejamento e organização do cronograma de aplicação das oficinas, o que por sua vez pode gerar os problemas de falta de articulação entre regente e mediador. O fator da falta de diálogo entre o professor regente e o mediador se confirma com as entrevistas realizadas com os professores regentes das duas escolas, em que ambos relatam que o planejamento das aulas não é feito em conjunto devido ao tempo escasso, apesar de que o PNME auxilia e influencia na aprendizagem dos estudantes.

Os Art. 1º e 5º, § 3º da Resolução nº 17 são importantes e influenciam significativamente na aprendizagem dos alunos inseridos no programa. Eles garantem a existência do recurso e da figura do mediador na escola. Mas eles não tratam do momento da disponibilização da verba. Como é essencial haver uma comunicação entre os dois professores, regente e mediador, para que consigam construir bons resultados por meio de planejamentos conjuntos, se a verba não for disponibilizada no início do ano letivo, essa preparação articulada das ações fica prejudicada. Ainda sobre as verbas, segundo a Resolução nº 17, o repasse dos recursos para a execução do programa não é integralizado. De acordo com o Art. 11, § 1º e 2º:

§ 1º - Os valores previstos no caput deste artigo, a serem transferidos às UEx representativas das escolas beneficiárias, serão divididos em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira na proporção de 60% (sessenta por cento) e a segunda, de 40% (quarenta por cento). § 2º - O pagamento da segunda parcela está condicionado ao preenchimento das informações relativas à enturmação, no sistema de monitoramento e acompanhamento de que trata o art. 6º, até o dia 30 de junho do ano de execução do programa. (BRASIL, 2017, p.05)

De acordo com a articuladora, o repasse que é realizado inicialmente (no caso os 60%) financia apenas alguns meses, não possibilitando dar continuidade ao trabalho.

A professora regente da escola do campo é formada em Matemática e atua há 17 anos como professora do Ensino Fundamental. Em sua opinião, as oficinas deveriam ser aplicadas apenas com os estudantes que possuem maior dificuldade na disciplina de Matemática, que em uma turma com muitos alunos não é possível atender as dificuldades de cada um. Corroborando a opinião da professora, o Art. 4º, § 5º, da Resolução nº 17, afirma que “as escolas deverão atender prioritariamente aos estudantes que apresentem alfabetização incompleta ou letramento insuficiente, conforme resultados de avaliações próprias.” (BRASIL, 2017, p. 03).

Já a docente da escola urbana, formada em Ciências, (Licenciatura Curta), Biologia (Licenciatura Plena) e Pós-graduação, nível especialização, em Metodologia do Ensino de Biologia, que atua há 25 anos no ensino da Matemática do Ensino Fundamental, relata que todo o processo envolvendo o programa, a organização e os conteúdos que devem ser trabalhados pelos mediadores é realizado pela supervisora e essa que é a articuladora do PNME na escola.

As duas profissionais afirmam não haver salas apropriadas para a realização do acompanhamento pedagógico em Matemática e nem reuniões entre os componentes do programa na escola e destacam esses fatores como pontos negativos. A professora da escola rural, durante a entrevista, cita por diversas vezes a falta de preparação dos mediadores para ministrar as oficinas e de construírem materiais diferenciados, que seria necessário uma seleção

e preparação destes para poderem atuar como mediadores do programa.

4.2 O PNME NA VISÃO DO MEDIADOR

Em relação aos mediadores, não será possível realizar uma comparação entre respostas, pois só foi possível entrar em contato com o mediador da escola do campo. Foram feitas tentativas de contato com o mediador da escola urbana, por meio de mensagens e ligações, porém não houve retorno. Acredita-se que o próprio não se sentiu confortável em participar da pesquisa.

Os mediadores são considerados como voluntários e recebem um auxílio para custear seu transporte e a alimentação. Tanto para os mediadores de Português como para os de Matemática, é repassado o valor de R\$ 150,00 por turma trabalhada em escolas urbanas e R\$ 225,00 por turma em escolas rurais.

O mediador da escola rural é licenciado em Matemática e atua como professor particular, auxiliando alunos que possuem dificuldades na aprendizagem da Matemática. Ele acredita na importância do programa, mas que não influencia na aprendizagem, algo meio confuso, pois se é importante, de certo modo será uma influência positiva.

Porém não se conseguiu mais detalhes desta resposta do mediador, pois esta entrevista foi feita pelo *WhatsApp*. Este mediador comenta que a aplicação do PNME, na escola, apresentava diversas deficiências que devem ser repensadas pelos gestores das escolas. Relata que as turmas eram enormes para trabalhar, que se sentia mais como um professor substituto do que como um mediador. Sobre a quantidade de alunos, observa-se um ponto destacado por duas vezes na Resolução nº 17, no Art. 4º:

§ 4º - O número de estudantes participantes informados no Plano de Atendimento da Escola será de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo o equivalente ao número de matrículas entre o 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular registrado no Censo Escolar do ano de 2016. [...] § 6º - As turmas deverão ser compostas de até 25 (vinte e cinco) estudantes. (BRASIL, 2017, p. 03).

A partir do exposto pelo mediador, em análise comparativa com a Resolução nº 17, talvez seria preciso mais diálogo e interpretação da legislação, pois as turmas poderiam ser menores (pois, seria de até 25 estudantes). Mas é preciso se levar em consideração que a gestão do programa também depende dos recursos disponíveis e acredita-se que a existência de turmas enormes (e há de se abordar, que dependendo da situação, uma turma com 25 alunos pode ser

considerada uma turma enorme, por fatores como ambiente, diferentes níveis de conhecimentos dos alunos, dificuldades apresentadas, etc.) deve-se ao fato exatamente da disponibilidade restrita de recursos (ou que não atenda a demanda necessária).

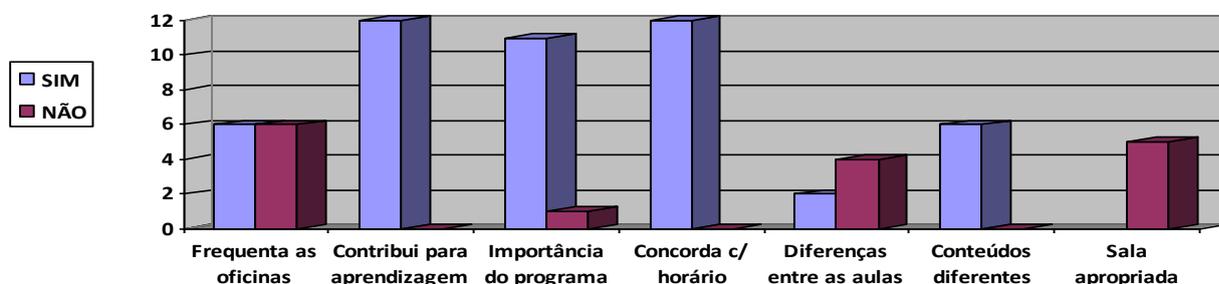
A questão de recursos impacta diretamente, também, sobre materiais disponíveis para aplicação do programa, em que o mediador afirmou que a escola não disponibilizava materiais de apoio, apenas o básico. O mediador acredita que a ideia do programa é boa, porém depende muito da gestão da escola para dar certo ou não. Ele diz que havia muita dificuldade para se comunicar com o gestor e com o professor regente, que estes não abriam espaços para diálogos e opiniões, e afirma não haver reuniões entre os membros do programa.

4.3 AS PERCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE O PNME

Os questionários foram realizados com 12 alunos das turmas do 8º ano das duas escolas pesquisadas. Os assuntos abordados nos sete questionamentos iniciais referenciavam-se a: se o estudante participava das oficinas; se era importante participar; se contribuía para sua aprendizagem; se concordava com os horários de aplicação; se havia diferenças entre as aulas do professor regente e do mediador de matemática; se os conteúdos trabalhados por regente e mediador eram os mesmos; e se havia sala apropriada para a realização das oficinas.

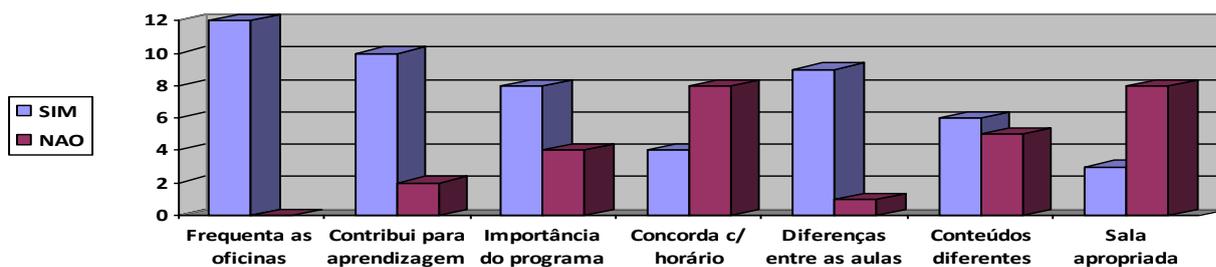
Os resultados das questões iniciais estão apresentados nas Figuras 1 e 2. Nestes, nas três últimas questões referentes às aulas, conteúdos e sala, verifica-se uma diferença entre o total de alunos pesquisados e o número de respostas. Isso ocorreu porque alguns alunos, de ambas as escolas, não responderam a estes questionamentos.-

Figura 1 – Questionário com alunos da escola urbana.



Fonte: próprio autor (2019).

Figura 2 – Questionário com alunos da escola do campo.



Fonte: próprio autor (2019).

A maioria dos estudantes da escola urbana não relatou nada nas justificativas propostas pelo questionário. Eles escreveram alguma frase, justificando suas respostas, mostraram uma baixa auto-estima em relação ao seu potencial nos estudos, pois haviam frases como “É importante porque sou burro”. Acredita-se que a escola deveria trabalhar com os alunos essa questão, com diálogos sobre esse tema, até mesmo por profissionais da área de psicologia, por exemplo, pois essa falta de confiança acaba por atrapalhar o processo de aprendizagem.

Os educandos da escola do campo se envolveram mais com a pesquisa, responderam todas justificativas, dando opiniões e argumentando, alguns escreveram que o acompanhamento pedagógico em Matemática do PNME é importante e contribui para aprendizagem, pois ajuda a entender melhor a disciplina de matemática, reforça os conteúdos aplicados pelo professor regente e que é uma explicação extra; outros já demonstram falta de interesse nas oficinas, afirmam serem trabalhados conteúdos desnecessários e que a carga horária destinada para Português e Matemática é muita e desnecessária, por este motivo que a maioria não concorda com o horário de aplicação das oficinas.

Em relação às aulas e aos conteúdos, os estudantes afirmam apresentar diferenças, citando os conteúdos com sendo uma delas. Sobre a sala ser apropriada, eles comentaram o mesmo relatado pela articuladora do programa, que usam sua própria sala de aula para a realização do acompanhamento pedagógico em Matemática porque não há espaços sobrando.

A última questão aos alunos abordava o que eles pensavam sobre mudanças na disciplina de Matemática do PNME e o que deveria continuar. Sobre isso, pode-se verificar que a maioria dos estudantes das duas escolas pesquisadas gostariam que fosse trabalhado o mesmo conteúdo aplicado pelo professor regente para que os auxiliasse em dias de prova e na realização de trabalhos. Alguns alunos afirmaram ser desnecessário modificar as aulas.

Houve também opiniões contrárias entre os dois grupos de alunos pesquisados. Os discentes da escola urbana acrescentam que as aulas deveriam ser mais avançadas, que não fosse trabalhado apenas o básico da Matemática; já o outro grupo deseja que sejam abordados

temas mais fáceis, comentam que por diversas vezes não compreendem os conteúdos e exercícios dado pelo mediador. Os alunos, por diversas ocasiões, não aproveitam por completo as oportunidades que lhes são oferecidas na escola por meio do PNME, dando preferência às oficinas de esporte e lazer, que são mais atrativas para eles do que os acompanhamentos pedagógicos. Por este motivo que gestão e professores devem se empenhar em conquistar seus estudantes para que participem de todas modalidades oferecidas, possibilitando que o objetivo do programa seja atingido em todas as áreas propostas.

5 CONCLUSÕES

No decorrer da realização das entrevistas, do questionário e suas respectivas análises, foram sendo observadas algumas percepções e inquietações de gestores, professores regentes, mediador e alunos. Nenhum destes participantes do PNME está satisfeitos com a maneira na qual o programa está sendo aplicado e organizado no ambiente escolar e ainda possuem visões diferenciadas sobre o real objetivo do programa. Alguns têm uma percepção mais abrangente que outros e percebe-se que falta mais conhecimento e estudo sobre o programa.

Apesar de alguns obstáculos, a pesquisa foi produtiva e interessante, sendo que no decorrer das análises das entrevistas e questionários, observou-se alguns fatores que passaram despercebidos no início da pesquisa, como a preparação dos mediadores e o excesso de alunos em uma mesma sala de aula, questões estas que ajudaram a compreender melhor os objetivos do programa e sua aplicação nas escolas.

É possível afirmar que articuladores, professores regentes, mediador e alunos não estão satisfeitos por inteiro com o PNME e que não há uma escola mais preparada do que a outra para a aplicação desta política pública. Ambas as gestões apresentaram falhas na organização e execução do PNME e os problemas e acertos que envolvem o programa, nas escolas pesquisadas, estão praticamente todos vinculados à gestão e é esta que deve adaptar-se e nortear as ações dos demais incluídos neste processo.

Acredita-se que, para amenizar as deficiências apresentadas pelos envolvidos no programa, é preciso haver um diálogo entre estes, por meio de reuniões e formações. Seria interessante que cada integrante realizasse um estudo sobre a legislação que rege o PNME. Um estudo em grupo, por exemplo, seria uma excelente proposta no caminho de uma melhor compreensão sobre a aplicação e funcionamento organizacional, da gestão de pessoal e de recursos do programa. Os estudantes são o ponto principal do programa e é pensando neles que

a gestão deve trabalhar e buscar maneiras de incentivar a sua participação nas oficinas, estimular a busca pelo conhecimento, oferecendo-lhes a oportunidade de novas descobertas.

Ao analisar os relatos, podemos ultimar que a questão estrutural é a que menos interfere no sucesso do programa, pois é possível adequar os espaços físicos. O problema maior está em como a gestão das escolas organiza e aplica o PNME. Por isso, a gestão necessita estreitar o laço entre o mediador das oficinas, que não deixa ser um profissional da educação, com o professor regente das turmas, por meio de reuniões pedagógicas, proporcionando um encontro entre os docentes. Este contato é essencial para que se hajam trocas de ideias que podem influenciar positivamente nas oficinas e nas aulas e que, muitas vezes, acabam passando por despercebidas.

É preciso, a todo o momento frisar aos pais e alunos, que não devem participar do programa apenas para ter frequência e para seguirem desfrutando do benefício (PBF), mas sim para adquirirem conhecimentos, descobrir situações novas, suas habilidades, sanar suas dificuldades de diferentes maneiras e melhorar seu desenvolvimento educacional.

Há diversas questões que podem (e talvez, devam) ser repensadas pelos órgãos atuantes desta política pública educacional que é o PNME, pelas gestões das escolas que participam deste programa e pela própria comunidade que se encontra inserida neste processo. Mas é essencial que os entes gestores neste espaço, a saber articuladores, regentes e mediadores, realmente acreditem no programa e se engajem em proporcionar momentos de discussão, diálogo e avaliação do programa, planejando com acerto e desenvolvendo as ações de forma a obter-se resultados positivos na aprendizagem em Matemática dos alunos.

THE PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO IN RURAL AND URBAN SCHOOL IN A CITY OF THE FRONTIER WEST OF RS

ABSTRACT

The “Programa Novo Mais Educação” (PNME) with the aims of provide students with fulltime education in schools, giving to students the opportunity to participate in complementary activities during the week, such as art, culture, education and sports (BRASIL, 2017). This article will show present aspects related to the application and pedagogical accompaniment in Mathematics of PNME, based on from a survey done in two specifics schools in the city of Alegrete RS : one in rural areas and the another in urban areas, whose objective is to get to know and

discuss the opinions of the articulators, conducting teachers, mediators and participating students, in order to present an overview of this educational policy in the peculiarities of the schools. Using this information, gained through interviews with the articulators of the programme, teachers of the Mathematics subject, Mathematics mediators, and questionnaires realized with students, the article analyses and discuss the pedagogical differences in accompaniment of Mathematics between these schools, with comparison between two schools environments relation to the programme. It is intended, with the research and with this article, that the schools have access to the data and inferences raised and that, from this, can reflect on their pedagogical practise and provide an improvement in the quality and indices related to. When analyzing the reports, we can conclude that the structural issue is the one that least interferes in the program's success, since it is possible to adapt the physical spaces. The biggest problem is how school management organizes and applies the PNME.

Keywords: Programa Novo Mais Educação; Mathematics; management

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186,968/484154/Panorama+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo/5b9c2ed7-208b-48ff-a803-cd3851c5c6c9?version=1.2>>. Acesso em 16 jul.2018.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 17, de 2017**. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial, Brasília, DF, 22 Dez. 2017. Seção 1, p. 789-790.

CASTRO, A. M. A. **Gestão das políticas educacionais e as repercussões para o trabalho docente**. In: Didática e Prática de Ensino: diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade. Organizadores Maria Marina Dias Cavalcante... [et al.] – Fortaleza: CE: EdUECE, 2015. (recurso digital) (Coleção Práticas Educativas)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MONTEIRO, M. P. C. **O Programa Novo Mais Educação: uma avaliação política da Política**. 2018. 165 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SAMPAIO, G. T. C.; OLIVEIRA, R. L. P. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 511 - 530, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60121>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SOUZA, A. R. Programa Mais Educação: A Disciplina de matemática sobre a perspectiva de Educação Integral. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 8, n. 1, 2015.

VERGNAUD. G. La théorie des champs conceptuels. **Recherches en Didactique des**

Mathématiques. Grenoble: Pensée Sauvage, v.10, n.2-3, p. 133-170, 1990.

Recebido em 15 de abril de 2020. Aprovado em 25 de setembro de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.